



<b>ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE OBRA DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR DECRETO 19.741/2017</b>	(ESPAÇO PARA VISTO)
Endereço:	(CARIMBO)  EM ____/____/____
Nome do Proprietário:	
Nº do Expediente Único: 002. ____ .00.	
Número da DAM (LC 685/2011 e LC 693/2012):	
Área construída (conforme prancha): ____ m <sup>2</sup>	
Nº de Pavimentos:	
Nº de Economias: <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2	
Tipo de Construção: <input type="checkbox"/> Alvenaria <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Mista	

<b>RESPONSABILIDADE TÉCNICA</b>	
Nome Profissional:	
Nº CAU / CREA:	Nº RRT / ART:

<b>DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO</b>	
<b>COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO DA OBRA, DECLARO:</b>	
<p>1. Que sob as penas da lei que a referida obra atende a todas as disposições exigidas pela legislação municipal, em especial à LC 284/1992.</p> <p>2. Que a Área Livre Permeável da obra foi executada conforme informado no projeto aprovado.</p> <p>3. Que a obra atende o Projeto de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil, conforme Decreto 18.481/2013.</p> <p>4. Estar ciente de que, caso se constate, a qualquer momento, desconformidade em relação aos parâmetros legais determinados por lei federal, estadual ou municipal específica, a edificação não poderá ser regularizada ou beneficiada por qualquer outra lei de anistia que venha a ser publicada, ficando sujeita às penalidades aplicáveis, inclusive ação demolitória;</p> <p>5. Que são verdadeiras as informações ora prestadas, bem como estarei sujeito a responder civil, criminal e administrativamente em caso de informações inverídicas ou descumprimento da lei.</p>	
<b>A DECLARAÇÃO EM DESACORDO COM AS LEIS CITADAS IMPLICA:</b>	
<p>1. Nulidade da licença eventualmente expedida com suporte na declaração;</p> <p>2. Remessa de processo de licenciamento à fiscalização para a aplicação de penalidades administrativas cabíveis;</p> <p>3. Responsabilidade profissional do declarante junto ao órgão de controle do exercício da profissão;</p> <p>4. Remessa de documentos à procuradoria geral do município para a apuração da responsabilidade civil e criminal.</p>	
<p>O declarante responde, civil e penalmente, pela veracidade das declarações ora prestadas, isentando a prefeitura de Porto Alegre de quaisquer responsabilidades pelas mesmas, assumindo todas as obrigações previstas na Lei Complementar 284/1992, inclusive eventuais danos causados a terceiros.</p>	
Porto Alegre, ____ de _____ de 20____.	
_____ Assinatura	

<b>OBSERVAÇÕES PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA PMPA</b>

**IMPORTANTE:** A LIBERAÇÃO DO PRESENTE DOCUMENTO NÃO DISPENSA O ATENDIMENTO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL QUE REGULAMENTA DOS CONDOMÍNIOS